

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINE APARECIDA SACHETTI ANDREIS

**ESTUDO DE VIABILIDADE: IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DO RAMO DE
CALDEIRARIA PESADA NA REGIÃO DE ANTONINA - PR**

CURITIBA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINE APARECIDA SACHETTI ANDREIS

**ESTUDO DE VIABILIDADE: IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DO RAMO DE
CALDEIRARIA PESADA NA REGIÃO DE ANTONINA - PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de MBA em Gestão Estratégica, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula M. Cherobim

CURITIBA

2019

ESTUDO DE VIABILIDADE: IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DO RAMO DE CALDEIRARIA PESADA NA REGIÃO DE ANTONINA - PR

Karine Aparecida Sachetti Andreis

RESUMO

Estudo sobre a viabilidade de implantação de indústria do ramo de caldeiraria pesada, na cidade de Antonina – PR. Empresa com mais de 30 anos na área de montagem industrial, que atua em todo território nacional e visa expandir seus negócios com nova estrutura fabril, aumentando sua capacidade produtiva e abrangendo novos segmentos do mercado, como reparos navais e transporte de equipamentos prontos, além da retomada de serviços para o mercado pré-sal. Esse estudo expõe as receitas projetadas e investimentos necessários para iniciar a construção da infraestrutura, contempla a descrição dos equipamentos a serem instalados gradativamente, bem como os custos para início da produção. Expõe ainda as possibilidades de levantamento de recursos para a implantação, formas de financiamento e viabilidade do mesmo através de indicadores financeiros, tais como VPL (valor presente líquido), TIR (taxa interna de retorno) e payback (retorno de capital). Com base nesses indicadores e histórico de receitas da empresa foram analisados três cenários: com possível potencial de expansão, considerando novos mercados a serem atingidos; seguindo a linha de tendência de crescimento do Grupo dos últimos anos; e ainda mantendo o mesmo faturamento atual da empresa. Além dessa visão geral da empresa, o estudo também apresenta a taxa de retorno, sendo bastante otimista quando analisada com potencial de mercado. O payback apresentado foi de recuperação do valor investido em um ano e um mês.

Palavras-chave: Plano de negócios. Estudo de viabilidade. Retorno sobre investimento.

1 INTRODUÇÃO

A primeira empresa do Grupo foi fundada nos anos 80 por um Engenheiro Mecânico. Atuando em todo o território nacional na área de fabricação e montagem de tanques e reservatórios, a empresa se consagrou no segmento implementando projetos de fabricação, montagem, construção e manutenção mecânica para armazenagem de combustíveis e líquidos em geral.

Em 2003, a empresa se especializou também no “processo invertido” de montagem de tanques e reservatórios, como também na fabricação de Selos Flutuantes.



Figura 1 – Tanque sendo montado com processo invertido (imagem à esquerda) e montagem do selo (imagem à direita)

Em seguida, em 2007, com a evolução atingida por estas inovações surgiu a segunda empresa do Grupo para complementar e permitir uma estratégia mais ampla de apoio ao mercado.

Nesses anos de atuação o Grupo identificou uma forte demanda por soluções completas multidisciplinares integradas que permitam ao cliente final a garantia e certeza de ter seu empreendimento nos curtos prazos que o mercado solicita, sem abrir mão da qualidade e garantia.

A unidade fabril localizada na região metropolitana de Curitiba - PR, numa área total de 7000m² onde são armazenados os dispositivos de montagem e tem as áreas de corte, calandragem, solda, pintura, trabalhos em aço carbono, inox e

alumínio, além das equipes administrativas, com departamentos de Engenharia, PCP, Manutenção, Almoxarifado, Qualidade e SMS.

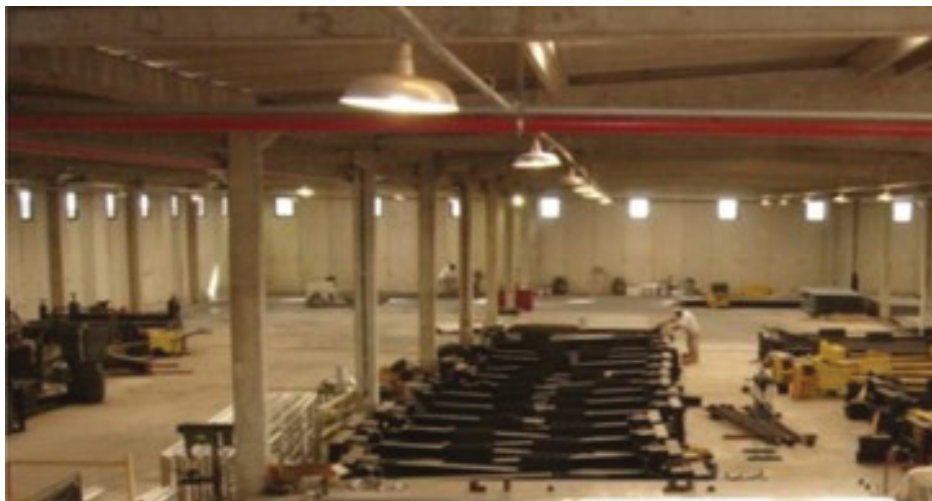


Figura 2 – Fábrica atual

A empresa é pioneira na lei dos Portos, com uma área de aproximadamente 32.000m² na região de Antonina/PR. A Lei dos Portos é um projeto do Governo Federal para atender a demanda de ampliação, modernização e desburocratização da exploração dos portos no Brasil. Demanda essa, que irá atrair novos investimentos para o crescimento do setor, e com isso a oportunidade de ampliar o mercado, expandindo os negócios do Grupo para área Naval. As alterações na regulamentação da Lei dos Portos, expõe novas regras para concessões e arrendamentos, permitindo maior flexibilidade nos contratos. Além do crescimento dos negócios, outro ponto favorável para este projeto, é que a Lei permite aumentar os prazos dos contratos, ou seja, os arrendatários disporão de mais tempo para amortizar os pesados investimentos iniciais.

Seguindo seu histórico de crescimento e acompanhando as tendências de mercado, o Grupo desenvolveu um projeto para implantação de uma fábrica nesse terreno em Antonina. Com esta instalação no futuro, além dos trabalhos já executados pela empresa na fabricação e pré-montagem de estruturas metálicas, tubulações, tanques, tetos flutuantes e equipamentos gerais, tanto em aço carbono quanto inox e mesmo alumínio, será possível também explorar mercados de reparos navais, transporte de equipamentos prontos (skids, spools, etc) na indústria off-shore, além da eminente retomada de serviços para o pré-sal.

Este projeto tem como objetivo principal o aumento da capacidade produtiva da empresa, ampliando seus negócios e faturamento. Além disso, a empresa irá contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, gerando empregos e movimentando o fluxo do comércio local.

Em sua visão sustentável, o projeto também envolve um plano de treinamentos, que irá profissionalizar e capacitar jovens locais para atenderem o aumento da demanda de produção.

A implantação será feita em quatro fases, iniciando em 2019 com a construção do barracão e aquisição de equipamentos. No ano seguinte, será desenvolvida a fase dois com a compra das principais máquinas para início das atividades. A fase três, em 2021, é composta pelo incremento dos equipamentos visando aumentar a produção, que será reforçada na etapa final de implantação, a fase quatro em 2022.



Figura 3 – Imagens do projeto das novas instalações – Fábrica

2 REVISÃO DE LITERATURA

Realizar um investimento, para qualquer companhia é uma decisão que deve ser analisada com cuidado e critérios. Na atualidade, existem diversas formas para se levantar recursos financeiros e para isso, torna-se fundamental o estudo de viabilidade, considerando o tempo de retorno desse dinheiro, bem como seu valor nesse tempo.

Segundo Lemes, Rigo e Cherobim (2002), *“Em face a diversidade de possibilidades de investimentos, é preciso conhecer técnicas que avaliem as condições em que são realizadas e quais as possibilidades de retorno existentes.”*

É certo que o retorno positivo é esperado, seja em ativos físicos ou valor de mercado e também é de conhecimento dos investidores que os riscos envolvidos exigem análise de várias perspectivas. As empresas lidam com os riscos do negócio, do empreendimento, do país e os cenários possíveis como consequências de uma decisão devem ser previstos para que, se necessário, as ações sejam ajustadas.

Clemente e Souza (2004), consideram que *“O termo incerteza é geralmente utilizado quando a informação disponível é tão escassa que não se sabe quais os eventos possíveis ou se sabe os eventos possíveis, mas não se consegue atribuir probabilidades a eles. O termo risco é utilizado quando a informação disponível é suficiente para determinar os possíveis eventos e atribuir-lhes probabilidades.”*

Sendo assim, o estudo de viabilidade econômica de um projeto é um processo de análise no nível estratégico de uma companhia, capaz de analisar as informações disponíveis e investigar se o projeto deve ou não ser executado. Cabe aos seus gestores, analisar cenários, riscos e possibilidades para maximizar seus ganhos e minimizar os riscos, e ainda, planos de ação para ajustes necessários no decorrer da implantação.

Para o desenho dos cenários, inicialmente, o estudo deve considerar as receitas da empresa ou do projeto específico que está sendo analisado e este deve ser considerado em regime de caixa. A projeção das receitas deve ter flexibilidade considerando os cenários possíveis, mesmo que hipotéticos para que se possa formar o cronograma financeiro do projeto.

As fontes de financiamento para a empresa podem ser próprias ou de terceiros. As fontes próprias vêm da retenção de lucros, venda de ativos ou de novos aportes dos sócios ou acionistas. As fontes de terceiros podem vir de

empréstimos e financiamentos, contratados do sistema financeiro nacional ou no exterior, ou mais modernamente, podem vir de investidores anjo, capitalistas de risco ou ainda pela emissão de moedas digitais, initial coin offering.

As empresas analisam as possibilidades e taxas existentes no mercado e consideram ainda incentivos do governo no momento da implantação. Esses fatores, levarão a melhor alternativa para determinado negócio no momento da instalação, que podem variar de acordo com momento econômico do país, setor de mercado, ou ainda, investidores interessados no projeto.

Da mesma forma, as despesas também devem ser projetadas nesse cronograma. Elas podem ser estimadas com base em histórico da empresa, com pesquisa de mercado, concorrentes e também elaboração de custos segmentados com base no projeto (custo de produção, de material, despesas administrativas, entre outras).

Casarotto Filho e Kopittke (2000) consideram que ao realizar um novo investimento, instalar uma nova fábrica, comprar novos equipamentos, a projeção deve ser feita para saber qual a melhor alternativa de financiamento, ou seja, qual será mais rentável, benéfica. Além disso, deve ser analisado os reflexos desse investimento no capital de giro da empresa, é preciso considerar as despesas não somente na aquisição, mas em sua manutenção, na demanda de estoque, mão de obra, interferências no fluxo de caixa que devem ser considerados na implantação de um novo projeto.

As despesas terão como referência a expectativa de produção, haja vista que se o projeto considera aumentar a produção, irá proporcionalmente precisar de mais material por exemplo.

Segundo Goldman e Amorim (2006), os riscos são associados a todo ciclo do empreendimento, uma vez que riscos e incertezas são inerentes à própria vida, no entanto, podem e devem ser controlados, ou ao menos estimados.

E para acompanhar / projetar os riscos e estimativa de valores, utiliza-se algumas fórmulas que permitem contextualizar o valor no tempo. Entre elas, e as que iremos expor nesse trabalho, estão o VPL (valor presente líquido), a TIR (taxa interna de retorno) e o Payback, descritos a seguir.

O VPL (valor presente líquido) está relacionado ao valor presente do fluxo de caixa. Trata-se do valor do dinheiro atualizado no tempo. Essa técnica desconta os fluxos de caixa considerando um percentual, que deve ser o mínimo de retorno

obtido pelo projeto. Em resumo, se o VPL for maior que zero, o projeto dará um retorno maior que seu investimento inicial, se for menor que zero, os custos estão maiores que os ganhos, o que não é interessante.

O VPL é igual a zero quando as grandezas futuras, ao serem descontadas com uma determinada taxa, produzem um valor presente para o fluxo de caixa que é igual ao investimento inicial (desembolso) colocado no ponto zero da escala do tempo. (PUCCINI, 2004).

A taxa interna de retorno ou taxa interna de rentabilidade (TIR) é a taxa que faz com que o VPL seja zero, ou seja, trata-se de uma ferramenta, que é utilizada junto com o VPL para analisar se o projeto é viável ou não. Quanto maior a TIR, mais benéfico para que o investimento ocorra. Cavalcanti e Plantullo (2007) consideram que a TIR não depende da taxa de juros vigente no mercado de capitais, este valor calculado é intrínseco ao projeto e não depende de qualquer outra variável, além dos fluxos de caixa do projeto.

Quanto ao payback, Dornelas (2001) descreve como um cálculo preciso, visto que utiliza o fluxo de caixa para calcular o retorno sobre o investimento. Trata-se de um método simples de análise que demonstra no tempo a recuperação do capital investido para abertura do negócio.

$$\text{Payback} = \text{valor do investimento} / \text{média do valor do fluxo de caixa mensal}$$

Para Lemes, Rigo e Cherobim (2002), *“O quanto de risco se vai assumir depende do retorno esperado. É natural se esperar que quanto maior o risco assumido, maior o retorno esperado do investimento”*. Considerando que trata-se de um projeto importante para a empresa, com alto investimento, estima-se que seu retorno seja de 127%. O mínimo estimado é a taxa Selic, que entre março/2018 até maio/2019 está em 6,5%.

Outro ponto a ser analisado, são as formas de financiamento, que no cenário atual brasileiro não existem muitas possibilidades. Lemes, Rigo e Cherobim (2002), apontam, que além do BNDES são poucas opções que as pequenas e médias empresas possuem, e colocam o autofinanciamento como uma das alternativas, ou seja, a empresa gerar recursos internos para sua sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Objeto de estudo:

Estudo de viabilidade da instalação de indústria de caldeiraria pesada e montagem de estrutura metálica na região de Antonina PR.

3.2 Objetivo geral

Verificar qual capital de investimento e tempo de retorno para implantação de uma indústria de caldeiraria pesada e montagem de estrutura metálica na cidade de Antonina – PR.

3.3 Objetivos específicos

- Identificar os equipamentos necessários para cada etapa de implantação, bem como seus custos;
- Levantar valores necessários para a construção da infraestrutura;
- Comparar custos atuais de produção e custos com nova indústria;
- Realizar análise de retorno sobre o investimento.

4 FLUXO OPERACIONAL DO PROJETO

Para implantação da fábrica, a análise foi feita primeiramente com construção da estrutura física, sendo três barracões, iniciando em 2019. Nesse primeiro ano, também foi considerada a compra dos primeiros equipamentos, para início da produção logo após conclusão das obras de estrutura.

Para desenvolvimento do estudo de viabilidade, utilizaram-se as seguintes premissas:

- Custos reais e atualizados para infraestrutura;
- Custos de pessoal proporcionais ao histórico, com um acréscimo de 8% (aumento de quadro);
- No primeiro ano (2019) os custos são apenas de implantação e infraestrutura, pois paralelamente o Grupo segue fabricando material em sua fábrica atual, até o momento da mudança;
- Receitas da visão de retorno do investimento com um acréscimo de 20%, baseado em:

- Aumento de produtividade da nova fábrica (maior área e mais equipamentos);
- Aumento de demanda nos mercados já existentes (principal e secundário) pela retomada de investimento;
- Entrada nos mercado de Offshore e reparos navais
- Estabilização de resultados em retorno atraente, sem prejuízos ao crescimento da empresa.
- Busca de outras alternativas de investimento, sociedades e investidor capitalista.

Abaixo, planilhas com levantamento dos custos para infraestrutura e de custos dos equipamentos distribuídos nos anos de implantação (2019 a 2022).

**ESTUDO DE VIABILIDADE
ORÇAMENTO INFRAESTRUTURA**

ÍTEM	SERVIÇO	UND.	QUANT.	VL. UNITÁRIO		FABRICAÇÃO
				FABRICAÇÃO	MONTAGEM	
OBRA MODULAÇÃO ÁREA		30,00	X	125,00		Altura =
				3.750,00	m2	
1	ESTACAS					R\$ 38.000,00
1.1	Estacas	m	1.320	R\$ 28,87	R\$ 42,29	R\$ 38.000,00
2	ESTRUTURA PRINCIPAL					R\$ 238.000,00
2.1	Blocos	un	33	R\$ 2.739,30	R\$ 1.178,73	R\$ 90.000,00
2.2	Pilares	un	33	R\$ 4.490,85	R\$ 1.080,80	R\$ 148.000,00
3	COBERTURA					R\$ 390.000,00
3.1	Viga de Cobertura	un	22	R\$ 4.914,75	R\$ 1.028,41	R\$ 108.000,00
3.2	Terças	un	100	R\$ 602,38	R\$ 132,10	R\$ 60.000,00
3.3	Calhas	un	20	R\$ 2.240,63	R\$ 1.305,46	R\$ 44.000,00
3.5	Viga da Ponte	un	40	R\$ 4.440,75	R\$ 2.271,01	R\$ 177.000,00
4	COBERTURA EM TELHA					R\$ 250.000,00
4.1	Telha Metálica	módulo	20	R\$ 12.516,74	R\$ 4.375,00	R\$ 250.000,00

Planilha 1 – Custos para implantação da infraestrutura (orçamento dezembro / 2018)

A planilha de custos foi elaborada a partir do valor unitário de fabricação e montagem. Percebe-se que o maior custo do projeto está na cobertura do bacarrão. As outras fases tem custos ao redor de R\$ 300 mil.

ESTUDO DE VIABILIDADE EQUIPAMENTOS

ITEM	QTDD	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	2019	2020
1	3	Ponte rolante 15ton	R\$ 280.000,00	
2	3	Ponte rolante 10ton	R\$ 250.000,00	
3	2	Portico sobre rodas		
4	1	Metaleira		R\$ 190.000,00
5	1	Torno		R\$ 80.000,00
6	1	Cabine jato	R\$ 1.500.000,00	
7	2	CNC		R\$ 295.000,00
8	1	Calandra 2ª chapa		R\$ 450.000,00
9	1	Compressor		R\$ 80.000,00
10	1	Vasos de pressão 5000L		R\$ 35.000,00

Planilha 2 – Descrição e custos dos equipamentos

Em relação ao fluxo desembolsos, o segundo ano do projeto será o de maior desembolso, 2020. Isso exigirá da empresa fôlego financeiro maior, que pode ser verificado por meio da projeção dos indicadores¹.

5 FONTES DE FINANCIAMENTO

Conforme descrito acima, as fontes de financiamento são limitadas, o que tendência as empresas a buscarem formas de financiamento de longo prazo com bancos, através do BNDES, ou ainda, iniciar seu negócio considerando o autofinanciamento, onde os recursos próprios sustentam a implantação do mesmo.

Uma série de fatores influenciam para que o sistema para captação de recursos a longo prazo no Brasil tenha taxas elevadas de juros, quando falamos nos investimentos para implantação de um negócio. Com base nessa premissa, o governo tem buscado alternativas para reduzir essas taxas e estimular o giro econômico no país. O BNDES tem sido uma fonte atrativa pois sua avaliação é feita de acordo com desenvolvimento socioambiental e econômico do país e possui

¹ Para a projeção dos indicadores, ver o trabalho de Raphael Adryano Araujo de Oliveira: Análise dos principais indicadores contábeis de empresa do setor de caldeiraria pesada: tanques de combustíveis.

condições diferenciadas, levando muitas organizações a buscarem essa forma de recurso para seus investimentos.

Lemes, Rigo e Cherobim (2002), explicam: “ *O BNDES contam com recursos provenientes do PIS – Programa de Integração Social, PASEP – Programa de Formação do Servidor Público, dotações orçamentárias da União, recursos captados no exterior e recursos próprios provenientes do retorno de várias aplicações efetuadas.*” Complementam ainda, que muitas empresas brasileiras estão sendo compradas por multinacionais e buscando recursos internacionais para seus financiamentos e para que as empresas nacionais mantenham-se competitivas no mercado é preciso reduzir seus custos e ter conhecimento aprofundado em operações financeiras de longo prazo.

Outra forma de investimento, que também poderá fazer parte do desenvolvimento desse projeto é o sócio capitalista. Esse é um conceito utilizado há muito tempo e uma forma de investimento para empresários que possuem capital e desejam investir em um projeto. Entram com capital para aportar um negócio que sabem que terão retorno a longo prazo. Podem ou não, participar da administração do mesmo e cobrem as despesas quando necessário.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para desenvolvimento do estudo de viabilidade, utilizaram-se as seguintes premissas:

- Custos reais e atualizados para infraestrutura;
- Custos de pessoal proporcionais ao histórico, com um acréscimo de 8% (aumento de quadro);
- No primeiro ano (2019) os custos são apenas de implantação e infraestrutura, pois paralelamente o Grupo segue fabricando material em sua fábrica em São José dos Pinhais, até o momento da mudança;
- Receitas da visão de retorno do investimento com um acréscimo de 20%, baseado em: aumento de produtividade da nova fábrica (mais área e mais equipamentos); aumento de demanda nos mercados já existentes (principal e secundário) pela retomada de investimento; entrada nos mercados de Offshore e reparos navais.

RECEITAS DA EMPRESA

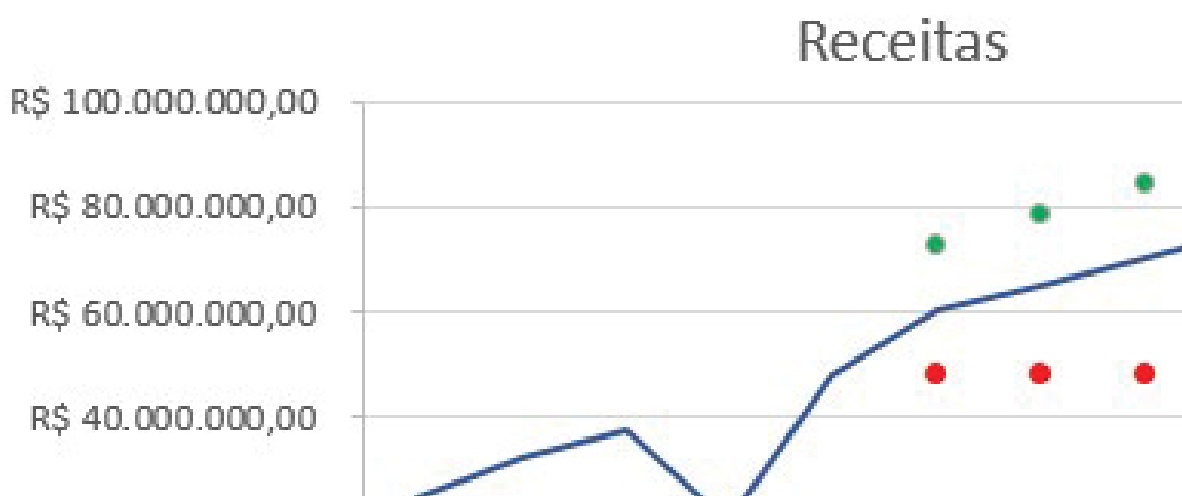


GRÁFICO 1 – Receitas da empresa nos últimos anos e projeção até 2022.

O gráfico de receitas reflete o histórico dos últimos cinco anos da empresa, bem como as perspectivas futuras. Neste, foram apresentados três cenários, sendo o primeiro refletindo as expectativas da empresa após implantação da nova fábrica com aumento da capacidade produtiva (marcadores verdes); o segundo, seguindo a tendência dos últimos anos, sem considerar o aumento e o terceiro (linha azul tendência), em cenário mais conservador, mantendo o faturamento atual (marcadores vermelhos).

É possível observar, em análise com tendência de mercado, exposta no gráfico 1, a inclinação deste, para um aumento significativo de receita considerando o aumento da produção previsto, o que tende para o exposto no cenário otimista e com isso, o faturamento da empresa em 2022 passará dos 80 milhões.

DESPESAS DA EMPRESA



GRÁFICO 2 – Despesas da empresa nos últimos anos e projeção até 2022.

De forma análoga, o gráfico de despesas também reflete o histórico dos últimos cinco anos da empresa, bem como as perspectivas futuras. Neste, foram apresentados três cenários: o primeiro, reflete a aplicação dos investimentos para nova fábrica, sobre a perspectiva de tendência (marcadores verdes); o segundo, utiliza-se do histórico de cinco anos de empresa e projeta uma linha de tendência baseada neste (linha azul); o terceiro, mostra um cenário onde a empresa siga com as mesmas despesas atuais, sem qualquer investimento ou crescimento (marcadores vermelhos).

Com base na análise dos gráficos apresentados, e análise do crescimento do mercado (Anexo 1 – reportagens pré-sal e Anexo 2 – mercado óleo e gás), a nova instalação de fábrica tem capacidade de aumentar faturamento e com isso alavancar as receitas para retorno do investimento.



Figura 4 - Perspectiva futura de produtos prontos para mercado off-shore

Em uma visão geral do Grupo, a partir dos resultados de receitas e despesas previstos, desenham-se três cenários de resultados para empresa como um todo:

1) o primeiro, seguindo as linhas de tendência de receita e despesas, sem investimento algum, nem incrementos proporcionados por novos mercados (tendência de faturamento – tendência de custos).

2) o segundo, mostra um cenário otimista, onde houveram investimentos na empresa, com instalação da nova fábrica e conseqüente aumento de faturamento, pela entrada nos novos mercados (faturamento com retorno – custos com investimentos).

3) o terceiro, em um cenário conservador, onde não há o investimento (custos) de implantação, e nem a conseqüente resposta do mercado, por estagnação (faturamento conservador – custos com investimentos). Neste, manteve-se o último faturamento apresentado.

ANÁLISE DE RESULTADOS – VISÃO GERAL DO GRUPO

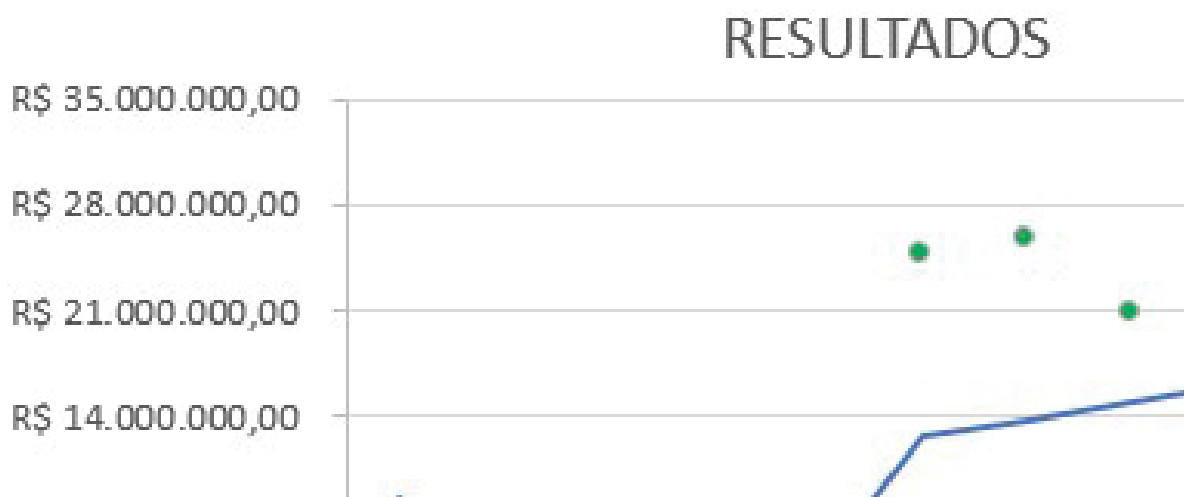


GRÁFICO 3 – Análise dos resultados da empresa dos últimos anos e projeção até 2022.

Com base nas informações passadas, apresenta-se um fluxo de caixa para investimento EXTERNO, com a TIR, bem como os cenários de resultados revisados,

onde é possível observar o aporte em 2019 e 2020, com uma regularização dos resultados nos anos seguintes, descontando-se os valores de retorno ao investidor.

FLUXO DE CAIXA				
	2019	2020		
INVTO	-R\$ 4.127.618,34	-R\$ 2.945.000,00	-R\$	
	20%			
RECEITA ADICIONAL		R\$ 12.607.638,60	R\$	
DESPESA ADICIONAL		R\$ 4.103.642,93	R\$	
FLUXO DE CAIXA ANO	-R\$ 4.127.618,34	R\$ 5.558.995,67	R\$	
FC ACUMULADO	-R\$ 4.127.618,34	R\$ 1.431.377,33	R\$	

A receita atual da fabricação representa 15% do faturamento do Grupo. O fluxo apresenta uma receita adicional considerando um aumento de 20% na produção, estimado com base no acréscimo de oportunidades de novos mercados. As despesas também foram estimadas com base no efetivo de mão de obra e gastos mensais com infraestrutura. Com base nesses dados, foi aplicado a taxa SELIC como mínimo estimado, onde resultou em uma TIR de 127%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo propiciou visualizar que a indústria poderá expandir sua capacidade de produção, passando do sistema artesanal de fabricação para industrialização mais eficiente e com maior agilidade, expandindo seus negócios para outras áreas de atuação.

A implantação do projeto poderá projetar o Grupo entre os principais do país, visto que segundo a revista O empreiteiro uma de suas empresas cresceu no ranking geral da construção mecânica de engenharia, saltando do 39º lugar para 21º nos últimos cinco anos.

Com esse investimento e ampliação dos seus negócios, a expectativa é que a empresa atinja novos mercados e além das atividades voltadas ao ramo petroquímico, já realizadas atualmente, a empresa poderá fazer reformas e transportar equipamentos prontos pelo Porto. Ampliação de produtos, abranger novos mercados, expandir negócios do mercado interno para exportação, são possibilidades que darão maior visibilidade e consequente rendimento para a empresa.

A nova fábrica também propiciará movimentação no contexto social da região de Antonina, gerando novos empregos, incentivando busca pela profissionalização dos jovens locais, desenvolvendo a economia local.

O ponto de atenção e análise posterior seriam os custos para transporte do material pré-fabricado para as empresas do grupo que hoje é feito por meio terrestre através de caminhões, o que aumentaria a distância para alguns clientes focais e em contrapartida, e como expectativa seria utilizar o transporte marítimo, que permite maior abrangência, atingindo, inclusive, o mercado internacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Sérgio Leusin; GOLDMAN, Pedrinho. **Indicadores e Variáveis nos estudos de Viabilidade Econômica e Financeira – Identificação e Relevância para os empreendedores da Habitação**. Artigo Apresentado no VI Seminário Internacional LARES – POLI-USP. São Paulo, 2006.

BRASIL, 1993 – **Lei dos Portos** – Lei número 8.620/1993

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CAVALCANTI, Marly; PLANTULLO, Vicente Lentini. **Análise e elaboração de projetos de investimento de capital: sob uma nova ótica**. Curitiba: Juruá, 2007.

CHOROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; LEMES, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras Aplicações e casos nacionais**. Rio de Janeiro: 4ª edição Editora Elsevier LTDA, 2016.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

OLIVEIRA, Getulio; OLIVEIRA Erik E Ferreira; OLIVEIRA, Ana Cláudia. **Plano de negócio, conceito e importância: uma análise para implementação de uma central de projetos moveleiros no município de Rio Verde – GO**. Rio Verde.

OLIVEIRA, Raphael Adryano Araujo; **Análise dos principais indicadores contábeis de empresa do setor de caldeiraria pesada: tanques de combustíveis**. Curitiba, 2019.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: Objetiva e aplicada**. 7. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>

<http://www.anp.gov.br>

<https://fgvenergia.fgv.br/>

ANEXO 1 – REPORTAGEM PRÉ-SAL

Fonte: FGV Energia

1 PRÉ-SAL: QUALQUER EMPRESA ESTRANGEIRA PODERÁ EXPLORAR AS ÁREAS DE CESSÃO ONEROSA?



1.1 PRÉ-SAL: QUALQUER EMPRESA ESTRANGEIRA PODERÁ EXPLORAR AS ÁREAS DE CESSÃO ONEROSA?

Por Fernanda Santos - [Yahoo Notícias - SP](#)

Se o projeto de lei 8.939/2017 for aprovado no Congresso, sim. O texto libera 70% dos direitos de exploração das áreas de cessão onerosa da Petrobras, localizadas na Bacia de Santos, para exploração de outras empresas ou consórcios. Se o PL passar, qualquer companhia pública ou privada, nacional ou estrangeira poderá atuar nesses campos.

Hoje, apenas podem ser exploradas por outras empresas as áreas do pré-sal que foram leiloadas pelo regime de partilha. Os campos de cessão onerosa são exclusividade da Petrobras. Com as mudanças do projeto em votação, a petrolífera

será obrigada a ficar com apenas 30% dessa exploração – o restante poderá ser vendido.

O contrato de cessão onerosa firmado em 2010, sem licitação, entre Petrobras e União dá a petrolífera o direito de extrair 5 bilhões de barris de petróleo num período de 40 anos.

Na época, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões ao governo pelo direito e, além da compra direta, teve outros benefícios por ser uma petrolífera brasileira – como pagamento de royalties abaixo do valor médio estabelecido no setor.

Quem vai explorar os campos de cessão onerosa?

Leonardo Miranda, que é sócio da área de Petróleo e Gás da TozziniFreire Advogados explica que a única obrigatoriedade para quem comprar esses direitos de exploração é seguir as regras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“A Petrobras pode vender o direito para qualquer um, como qualquer empresa de petróleo que tem exploração de produção pode vender. A ANP só precisa autorizar o processo de qualificação. Mas é uma venda normal, não há restrição”, afirma ele.

O texto do projeto diz que as novas concessionárias deverão atender requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela agência reguladora. “Caberá à ANP regular e fiscalizar as atividades a serem realizadas”, esclarece.

O PL também deixa claro que a petrolífera que adquirir o direito de exploração ficará responsável pelos custos e riscos da produção.

Quem vai explorar o excedente?

Estima-se que, além dos 5 bilhões de barris que podem ser extraídos pela Petrobras, a área de cessão onerosa contenha ao menos mais 15 bilhões de barris de petróleo. Com a aprovação do projeto de lei 8.939/2017, essas áreas irão a leilão.

No caso do excedente, o regime estabelecido deve ser o de partilha, em que parte da produção de petróleo fica com o governo brasileiro e parte com as petrolíferas. O regime de partilha foi criado em 2010 exclusivamente para áreas do pré-sal.

Diferentemente da concessão, quando o consórcio que arremata a área é dono de toda a produção, na maior parte dos contratos de partilha não há pagamento de bônus de assinatura ao governo. Vence quem tiver um plano de exploração com maior participação do Estado brasileiro.

O bônus de assinatura é um pagamento feito à União na assinatura do contrato de exploração (pelo regime de concessão).

A ANP disse à reportagem que o sucesso das rodadas de leilões, aliado ao aprimoramento regulatório, fará a produção crescer. “A projeção é que a produção brasileira no pré-sal responda pela maior parcela do crescimento da produção não-OPEP na próxima década.”

O petróleo é nosso?

Para a pesquisadora da **FGV Energia, Fernanda Delgado**, desde que o país tenha um órgão regulador forte, o contrato de partilha é uma forma de garantir que o petróleo seja uma riqueza do Estado e não da petrolífera que explora os campos.

“Se eu entrego ao governo federal, por exemplo, 60% do que produzo, meu petróleo já está protegido. Não importa quem vai perfurar. Quanto mais petroleiras você tiver, melhor, porque você gera mais emprego, renda, concorrência”, diz.

Para o consultor da área de Energia e Química Sustentável da MaxiQuim, Maurício Jaroski, é importante abrir espaço para empresas que possam fazer investimentos e aumentar a exploração do pré-sal, já que a Petrobras está no seu limite.

“A tentativa de abrir a exploração para empresas de fora é válida, porque reduz um pouco nossa dependência da Petrobras no setor de extração e gera mais competição.”

Quem é contra as estrangeiras no pré-sal?

Os partidos de oposição ao governo na Câmara criticam o projeto de lei que altera as regras da área de cessão onerosa. O deputado Carlos Lula Zarattini (PT-SP) disse que o projeto é nocivo ao Brasil e ao povo brasileiro, pois entrega a empresas estrangeiras, num regime vantajoso, uma área com alto potencial exploratório.

“É isso que esse governo agora quer entregar de mão beijada às empresas multinacionais do petróleo. Nessa área, não existe risco algum de se fazer um poço. Todos sabem que um poço de petróleo, nessa região, será pleno de sucesso”, disse ele.

O deputado Sibá Lula Machado (PT-AC) afirmou que o projeto é uma tentativa do governo de enfraquecer a Petrobras para, em seguida, privatizá-la e o deputado Pepe de Lula Vargas (PT-RS) disse que o PL é “lesa-pátria”.

Para William Nozaki, diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP), “trata-se de mais uma oferta benevolente de recursos públicos para o deleite de grandes petrolíferas com interesses privados ou externos”. A declaração foi feita em matéria publicada no site da Carta Capital.

ANEXO 2 – REPORTAGEM MERCADO ÓLEO E GÁS

Fonte: Agência Natural do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível

2 EM LONDRES, ANP APRESENTA OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE ÓLEO E GÁS BRASILEIRO

Publicado: Sexta, 16 de Novembro de 2018, 14h09

Atualizado: Quinta, 14 de Fevereiro de 2019, 12h55

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, liderou esta semana (12 a 16/11) uma missão a Londres com o objetivo de apresentar oportunidades de investimentos no setor de petróleo e gás natural no Brasil.

Ao longo da semana, foram realizadas reuniões com bancos e fundos de investimentos e, na quarta-feira (14/11), Oddone foi palestrante no evento "*Global Natural Resources Conference*", organizado pela Goldman Sachs.

Em sua palestra, no painel "*Unlocking the full potential of Brazilian Deepwater*", ele apresentou um panorama e as oportunidades de investimentos no setor de petróleo e gás no Brasil.

O diretor-geral destacou as medidas tomadas pela ANP e pelo Governo para incentivar o desenvolvimento do setor. "*Temos três objetivos principais no upstream: aumentar as atividades exploratórias, maximizar a produção e a recuperação dos reservatórios e atrair os players corretos para cada ambiente*", afirmou, lembrando ainda o sucesso das rodadas de licitações realizadas entre 2017 e 2018, que arrecadaram R\$ 28 bilhões em bônus de assinatura e devem gerar R\$ 448 bilhões em novos investimentos, R\$ 1,7 trilhão em impostos e taxas e uma produção de 2,5 milhões de barris por dia ao longo dos contratos.

Oddone ressaltou ainda a importância de mais investimentos no setor de gás natural. "*Independentemente da aprovação da Lei do Gás, a ANP está adotando medidas regulatórias para abertura e modernização do mercado de gás natural. A infraestrutura atual é limitada para um país de dimensão continental*", afirmou.

Com relação aos setores de refino e abastecimento, o diretor-geral levantou a necessidade de criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo, com pluralidade de agentes. "*Precisamos ter preços de mercado e transparentes, novos*

investimentos, aumento da produção doméstica e redução da dependência das importações".